

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE OUTUBRO 2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS.

Ata da Reunião Ordinária do conselho Municipal de Petrópolis, realizada do dia 25 de outubro 2022 as 18:30Hr. Na da Casa dos conselhos Augusto Ângelo Zanatta, Sito a Avenida Koeler nº 260. Centro, Petrópolis RJ.

Reunião ocorrendo de forma presencial, com a presença dos seguintes conselheiros, aptos a votar conforme segue: Etiene Gomes Moreira (APACS), Cristiane Maria Rodrigues (APAE), Ana Maria Gonçalves Nilsson Stutzel (ASBAMTO), Eduardo Pereira Azevedo (ASS. PRESIDENTE SODRÉ), Roberta do Amaral Castro de Souza (ASS. DE MOR. STA EDWIRGES), Antony Diogo Moraes de Araújo (CTO), Luiz Alberto Schanuel Júnior (FNCC), Celia Garro Marques Bretas (GOV), Ricardo Patuléa de Vasconcelos (GOV), Marcus Antonio Curvelo da Silva (GOV), Maria Auxiliadora Pires Ribeiro (GOV), Cláudia Carvalho Respeita da Motta (GOV), Geralda do Nascimento Sá (GRUPARJ), José Cláudio Ribeiro Teixeira (HCC), Erika Paula Gomes Pedroso (OAB), Carlos Pacheco da Silva (SEESP), José Freire (SID DOS EMPR NO COMERCIO), Sônia Cristina da Silva Furtado (SIND.MEDICOS), Odete Odalia Tavares (SOC. MED de PETRÓPOLIS), Sandro de Jesus Lara (UDAM), Ernani Rocha da Silva (UNA). Após verificação de quórum às 18:45, a Presidente dá início a reunião propondo a aprovação das atas de junho, julho e setembro, tendo as mesmas sido aprovadas prosseguiu com a **LEITURA DOS EXPEDIENTES**, que foram exibidos em projeção de forma a permitir a visualização dos conselheiros. Seguiu mencionando o Ofício do Instituto Alliance, que tinha o objetivo de fazer a substituição de Conselheiro suplente Aline de Jesus Alvares, fosse substituída por Cátia Ventura Torres Alves, continuando como conselheiro titular Alan. Em seguida houve menção aos Ofícios da Câmara de Vereadores, através do Gabinete da Vereadora Gilda Beatriz, “sirvo-me do presente para trazer ao conhecimento de vossa excelência, a denúncia que recebi em meu gabinete direcionada a falta de receituários específico para medicamentos psicotrópicos, como ritalina que há dois meses estão em falta em nosso Município. Desta forma trazendo ciência do caso ao COMSAÚDE, através do presente ofício”. Após a leitura a presidente pontuou que este ofício veio em cópia ao conselho e que o mesmo foi encaminhado originalmente ao gabinete. O que coloca a resolução dessa demanda em andamento pelo gabinete; a mesma direciona pergunta ao Conselheiro Marcus Curvelo se este recebeu o ofício o qual confirmou positivamente.

Seguindo com outro ofício da Vereadora Gilda como segue: “solicitando o conserto da linha de telefone que atende a Unidade básica de Saúde localizada à Rua General Rondon, Quitandinha”. Seguindo com o terceiro ofício da mesma como se sucede: “que reiterar o ofício nº 854, protocolado em junho do presente ano, sobre a falta de insumos para a produção de vacinas, no Ambulatório de especialidades do Município”. Seguindo para o quarto ofício enviado pelo conselho a secretaria, solicitando algumas informações sobre as demandas da Ouvidoria, sobre as denúncias, a forma de entrada, quais demandas foram resolvidas, qual a tratativa das demandas que chegaram a Ouvidoria, como foram solucionadas, qual o maior número de reclamações, as demandas que não foram resolvidas e quais as dificuldades para estas soluções? A Secretaria de Saúde, em resposta a solicitação do ofício nº 040, do Conselho Municipal de Saúde. “As formas de entrada de demandas nesta Ouvidoria, ocorrem por e-mail, de forma presencial, e através da Ouvidoria itinerante, a demandas recebidas podem ser acompanhadas pelos usuários através de protocolo gerado, pelo telefone 136 do Ministério da Saúde e pelo telefone 2291-1717, ramal 202. Os superintendentes responsáveis pela pasta de registro das demandas recebem as mesmas e fazem as respostas para que sejam encaminhadas aos usuários. A maioria das demandas recebidas pela Ouvidoria, são solicitações referentes as melhorias dos atendimentos prestados nas unidades de saúde, marcação de consultas especializadas, exames e cirurgias. As demandas são solucionadas de acordo com os encaminhamentos as devidas superintendências. Foi pontuado o pela presidente que quando se fala sobre as demandas recebidas na Ouvidoria, as referidas não vêm especificando que tipo de atendimento, quer dizer, estamos tendo problema com o atendimento Médico, atendimento do Técnico, atendimento do Enfermeiro, atendimento do Balcão, qual o tipo de atendimento? porque dentro do posto existem várias formas de atendimento e não está especificado. Consultas especializadas não falam quais, quais exames, quais as cirurgias? Então isso está sendo reiterado para que o Conselho obtenha esta resposta. Seguindo com o quinto ofício também da Vereadora Gilda Beatriz: “relatando sobre o não funcionamento do aplicativo Consulta Fácil”. Seguindo para o sexto Ofício encaminhado pela secretaria, “o qual solicitava com urgência a regularização na plataforma DIGISUS, os pareceres dos três relatórios detalhados do quadrimestre anterior do ano de 2021”. A presidente coloca que esta foi uma cobrança que veio para o Conselho, e que será encaminhado à comissão de Finanças, segue dizendo: que recebeu o arquivo completo em relação ao quadrimestre no celular, nesta data e que vai estar encaminhando para que seja feita uma reunião para regularização, inclusive sobre o acesso para colocar estes pareceres no sistema. A presidente pergunta a secretária se

há algum posicionamento em relação, a ritalina, os receituários e a Consulta fácil, e se alguém deseja comentar alguma coisa? A Conselheira Cláudia, pede pela questão de ordem. A presidente perguntou se está possui as informações sendo respondido positivamente e solicitando que ao final passe estes esclarecimentos. O conselheiro Marcus Curvelo, fez um questionamento: "hoje eu estou como conselheiro, apesar de ser Secretário de Saúde, e vivi minha vida toda dentro do controle social, durante todo meu tempo de conselho, em momento algum vi o Conselho usar ofício de vereadores para pautar as suas ações em relação ao Poder Executivo, isto é algo que vem acontecendo recorrentemente neste Conselho, gostaria que os conselheiros fizessem uma reflexão sobre o seu papel, se é este o caminho que vamos seguir como controle social, porque a gente sempre reivindicou do ponto de vista de uma maior exigibilidade do ponto de vista do papel de cada um que muita gente não se sente representado, e ai me incomoda a vereadora, com toda a legitimidade, inclusive com instrumentos jurídicos, de aprovar no plenário da câmara para que a secretaria responda, sobre penas administrativas, e se utilize do Conselho para obter respostas, se depois irei ter que responder pela Secretaria, e pelo próprio Gabinete do Prefeito, então estamos repetindo as coisas, me desculpe, e abrindo mão do papel do Conselho, no máximo a vereadora pode acionar a Mesa do Conselho, que acione a comissão de saúde que é o órgão legítimo dentro do Conselho, para apurar se estas denúncias têm ou não fundamento, do que trazer isso para uma reunião para ser questionado, tem alguma coisa errada ai, acho que como a Claudinha colocou aqui, tem que ser pela ordem, para que possamos discutir com mais profundidade. A presidente, reforça ser válido o posicionamento do Conselheiro Marcus, mas esclarece, que segundo informações, e o posicionamento da secretaria, os receituário tem no Município, e não estão em falta, as medicações estão sendo dispensadas, e segundo a produção de vacina, a informação que não tem dificuldade do Município, não sendo justo dispensar toda uma mão de obra do Conselho, em cima de uma denúncia que o conselho já tem a informação ou pode cobrar, tanto que questionado foi informado que tem, então porque não passar estas informações?, aqui é um órgão deliberativo aberto a toda população, e se a Secretaria já tem esta resposta, nada mais que justo que sejam prestadas. É um órgão deliberativo que pode fiscalizar, mas usaremos mão de obra, para o que já está resolvido, estou enganada, ou não, tem que passar para todos essas informações. O conselheiro Marcus, pede a palavra, entendo o que você falou, mas não acho que isso tem que ser pautado por uma vereadora, com todo respeito ao papel e ao mandato e legitimidade que ela tem, que dia nos colocamos isso na pauta do Conselho, não me lembro disso, isso tem que ser discutido na Mesa, e se a mesa entender que a denúncia da vereadora tem algum

acolhimento ou alguma dúvida, questionar diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, entendo que é abrir mão do poder que é uma luta histórica dos conselheiros, no momento em que a gente fica usando da leitura do expediente, que é um momento importante, para questionar ou ler algo que é da Secretaria Municipal de Saúde, simplesmente porque ela colocou no papel, uma denúncia, algo subjetivo, e essas demandas já foram resolvidas, não lembro deste papel específico do Conselho de Saúde, de ser demandado pela de Câmara de Vereadores, e particularmente como Conselheiro, não concordo, claro que este é um conselho aberto a toda população, mas a câmara de vereadores é o poder legislativo nós somos o controle social, tem uma diferença muito grande entre uma coisa e outra. A Conselheira Cláudia, pede a palavra, e diz que é preciso respeitar o nosso Regimento Interno, e temos uma ordem de reuniões, se formos começar a discutir tudo que for expediente, nós estamos agora no segundo momento, leitura de ata leitura de expediente, neste, não é para discutir expediente, o expediente nem era para ser exposto ali, por que você colocou estes expedientes ali? A presidente responde que é justamente por isso, dar clareza. E a Conselheira Cláudia, continua, se continuarmos abrindo pauta para discutirmos expedientes, este é para ser lido e respondido posteriormente, se começarmos a abrir pauta de cada expediente ali pautado, acaba a reunião, e não estamos nos organizando, então por questão de ordem, até por questão de tempo e respeitando o regimento interno, temos leitura das Atas, leitura de expediente, relatórios das Comissões, pontos de pautas, informes gerais e ai pode discutir no final outras coisas que não estão nos expedientes precisamos seguir a ordem que temos, porque se a gente fizer como quer e de qualquer maneira, a gente vai fazer confusão e vai ficar todo mundo cansado aqui, tem muitas coisas ali que já foi respondida até para a câmara, para vereadores, para outras pessoas, foi para a secretaria de saúde, foi!, já respondemos para eles também e ai o que tem que fazer quanto conselho, comissão receber ou questionar a secretária que irá responder para a mesa e se achar pertinente abre como ponto de pauta para a próxima reunião, senão vamos ficar rodando, o expediente é longo a pauta é enorme, temos arboviroses que temos que aprovar, para entregar para o estado, tem os conselhos locais de saúde que é uma pauta de discursão importante, a gente precisa ir para a pauta, muita coisa você já falou, muitos dos conselheiros que foram fiscalizar o serviço também sabem daquilo que está acontecendo, só para seguir e respeitar a nossa organização de reuniões, que ela venha sim deliberar determinado no regimento interno. A conselheira Cristiane pede para fazer um encaminhamento para a Comissão de Saúde, pois quando fala da risperidona, um percentual do público da APAE faz uso, então gostaria de encaminhar o pedido mediante a esta resposta de uma devolutiva para que o conselho tenha ciência.

Aluísio
Cristiane
Tina
S. F. Costa

S.
S.

A presidente, fala que não questiona o posicionamento dos conselheiros Marcos e Claudia, que não está colocando como ponto de pauta, e que colocou ali, em exposição pelo data show, para dar plena visibilidade a todos os conselheiros, porém se todos os conselheiros, entenderem, eis que trata-se do pleno e que não decide sozinha, que apenas pode fazer as coisas para dar qualidade para todo mundo, de forma unitária, mas não de passar estas informações, e entenderem que deve continuar apenas lendo, sendo ela completa ou incompleta por mim, é até mais fácil, isso assim mais trabalhoso, mas estou dando clareza para todo mundo, vamos dar seguimento e respeitar o que a Claudia solicitou; Segue perguntando a respeito do relatório das comissões, não houve relatórios; **PRÓXIMO PONTO DE PAUTA:** Discussão sobre os Conselhos Locais. Norma, cumprimenta a todos, diz que é dentista, e que trabalha na coordenação da Atenção Básica de Saúde, na Secretaria de Saúde e hoje, estou aqui, a pedido da Claudia para podermos discutir um pouco esta questão dos Conselhos Locais de Saúde, como se sabe a participação popular é uma diretriz fundamental do nosso SUS, é um eixo, um pilar importantíssimo no processo de trabalhos das equipes de saúde que atuam na atenção primária à saúde, que são os postos, estes equipamentos que estão lá nos territórios, e talvez seja o nível do sistema que tem a maior aproximação com a realidade de vida da população. Então como a participação é uma dimensão fundamental do nosso sistema de saúde, deve estar em todas as instâncias, nós temos o Conselho Municipal de Saúde, inclusive por lei, a partir da criação do SUS, esta participação deve ser profissionalizada, todos os itens têm que ter a obrigatoriedade do Conselho Municipal, mas sabemos que a participação deve se dar em todos os lugares e momentos, só assim de fato irá democratizar as nossas políticas de saúde. E neste nível local, Petrópolis já tem este movimento desde 2014, que vem tentando, inclusive por deliberação em algumas Conferências Municipais de Saúde, onde os relatórios finais tinham esta proposta de implementação dos Conselhos Locais de Saúde e vem tentando escoar este movimento desde 2014, 2015, na Atenção Primária, porque o Conselho Local de Saúde tem que ser paritário, e é um colegiado e tem que ter a representação dos três seguimentos, dos profissionais da área da Saúde, da Gestão Pública, e daquela Comunidade, só que diferente do Conselho Municipal, que são as entidades que representam os usuários, lá quem vai representar é o próprio usuário, representando a população daquele território, o que acontece? Começamos com esta experiência em 2014, e a partir destas já existiu uma aproximação, um certo trabalho de rede compartilhado foi se caminhando até conseguir no final de 2016, junto com os profissionais e representantes da Gestão e com estes usuários, a construção de uma Lei Municipal que pudesse legitimar esses direitos da participação popular, e tentar

como Gestão, utilizava como referências metodológicas os teóricos da educação popular em saúde e em 2013, nós estávamos falando em Políticas Públicas em nosso país e a educação popular em saúde, são atos princípios da Política, o diálogo e a participação compartilhada a amorosidade que é muito inspirada na educação de Paulo Freire. Então a amorosidade basta dialogar, aprender a dialogar com a fé, respeitando a visão do outro, podemos não concordar, mas o outro tem o direito de opinar, e saber avançar sim, isto é um processo coletivo, temos que aprender a construir através do diálogo, a emancipação, problematização, e sair de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, porque não adianta a gente querer que todo mundo pense como a gente, porque cada ponto de vista é visto de um ponto, se respeitarmos a visão do outro, teremos a oportunidade de ampliar a nossa visão, aí sim a proximidade com a raiz das contradições para que de fato possamos propor soluções efetivas, então neste sentido este processo tem que ter intencionalidade política, mas política com P maiúsculo, um coletivo que realmente tenha vontade de transformar aquela comunidade para melhoria da maioria, gostaria desta aproximação com o Conselho Municipal, que é Controle Social e tem que estar ciente, e como Gestão vai estar apoiando sensibilizando os profissionais para maior aproximação com a população e com a Gestão Pública também, os representantes da gestão, que tenhamos maior compromisso da importância deste processo para que possa avançar a democracia participativa no nosso Município. A Conselheira Cristiane faz a pergunta, que é moradora da Estrada do Paraíso, Sargento Boening, onde foi implantado o Conselho Local, e chegou a encontrar alguns técnicos da FIOCRUZ, em um momento de travessia dentro da comunidade, e tem uma dúvida: se a parceria entre FIOCRUZ e o Poder Público, tem um custo, tem um valor, é um projeto, como isso funciona? Norma responde: Este projeto, um acordo de cooperação técnica entre a Fiocruz e a Secretaria de Saúde, para esta questão da implantação destes Conselhos, da mobilização comunitária, não envolve recursos públicos, a FIOCRUZ, tem como missão nessa perspectiva de fortalecimento do SUS, estimular a participação popular, essa mobilização comunitária e é uma das vertentes maiores deste polo atuando em Petrópolis, desta forma propuseram este acordo de cooperação técnica, que não envolve recursos de nenhuma das partes. A Sr^a Sônia representante da FIOCRUZ, coloca que esse acordo de cooperação para o fortalecimento do SUS, onde cada é responsável pelo o seu papel foi feito no ano de 2017, e não envolve recursos, tendo como objetivo o fortalecimento da participação popular, pois isto é o pilar do SUS, procurando trabalhar muito com a comunidade com o objetivo de fortalecer a participação em diálogo com os Postos de Saúde e suas equipes, não estamos defendendo instituições ou grupos, trabalhamos para o Sistema Único de Saúde que é

Universal, portanto, trabalhamos com o objetivo de ajudar o povo a se organizar e exigir os seus direitos através do diálogo e da participação, sem envolvimento de recursos. Norma coloca que gostaria que encaminha-se algo em relação a este processo e para isso ouçamos ou conselheiros, pois precisamos construir juntos. A conselheira Cláudia, Fala da importância da participação comunitária, que milita a muitos anos e acredita no controle social, lembra a lei 8080, fala do SUS, fala do controle social, a gente que milita na Atenção Primária em Saúde, a PINAB, que é a política Nacional de Atenção Básica na versão de 2017, fala que enquanto trabalhador da Saúde, precisa fomentar o Controle Social, então no espaço de trabalho precisa estimular que exista o Controle Social, e que participe deste, paritariamente na Gestão, Trabalhadores e Usuários, é muito importante, um avanço e um desafio, porque vive um tempo de individualismo onde as pessoas não tem tempo de doar, para algo coletivo, estamos aqui porque acreditamos no Sus, na participação e na construção juntos, para melhorar a qualidade do serviço, ajustar o que tem de ser ajustado, explicar porque as vezes algo não pode ser de determinada forma, para poder melhorar de forma a ficar bom para todo mundo, porque como trabalhadores queremos o melhor para o serviço, e como Gestores que tudo funcione, e o usuário quer o melhor possível, então a temos que querer o funcionamento, mas temos muitos desafios: os investimentos, o modelo assistencialista que vivemos ainda, que só procura quando está doendo, só quando está morrendo, e não procura prevenir, não tornando assim um modelo de vigilância da saúde. Temos desafios porque, para quem o Sus não dá certo? Se fomos parar para pensar, os planos de saúde querem que o Sus de Certo? Não, porque eles querem vender planos. As industriarias farmacêuticas, querem que a consigam prevenir? não. Então temos muitos desafios, mas acreditamos no Sus, e precisamos fomentar e uma das coisas são os Conselhos Locais, que temos conversado a Norma, eu e o Marcus, e a professora Sônia sobre montar um Fórum dos conselhos locais, então como proposta, encaminhando para a mesa, construir um Fórum para o início do ano que vem, de forma a ter uma discussão ampliada sobre os Conselhos Locais, gostaria de colocar esta proposta. O Conselheiro Marcus, Fala: primeiramente sobre a questão do convenio com a FIOCRUZ, não há envolvida nenhuma remuneração, pelo contrário, a FIOCRUZ é uma parceira constante e não do Governo, porque a FIOCRUZ na verdade é uma instituição do Estado, é uma Entidade que é independente do Governo, e está sempre somando forças ao lado da população, dos profissionais da Saúde e da implantação de Políticas Públicas e isso é fundamental, acabamos bebendo da competência técnica da FIOCRUZ, em vários momentos aqui na cidade, neste momento em especial que retornamos em 18 de dezembro ao Governo Municipal, e

temos essa clareza tanto que o nosso Comitê Científico é feito em parceria com a FIOCRUZ, todas as discussões, levantamentos, fornecimentos de dados é algo importantíssimo para que possa ter tomada de decisões cada vez mais efetivas. E a FIOCRUZ, por ter esta expertise de formular estes dados, e poder nos fornecer dados para o Gestor analisar, conseguir ter mais assertividade na aplicação do dinheiro público que sabemos ser escasso, no ponto de vista orçamentário e financeiro. Então ter eficiência na aplicação é fundamental. Porque lidar com problemas estruturais efetivos no Sistema Único de Saúde, são problemas de financiamento, que vem antes do problema de Gestão. Para muita gente é muito fácil falar, que falta Gestão, debato com qualquer um, até porque a minha formação não é a área médica, mas justamente na área de Gestão e planejamento, e o que vem antes do problema de Gestão é a falta financiamento que contra a capacidade de gestão principalmente dos setores públicos o que se destina a saúde até do ponto de vista comparativo com outros países, por exemplo o Paraguai que sofre conosco muitas vezes por nossa parte um ponto de vista xenófobo, que investe três vezes mais que nós em saúde do ponto de vista percapta, então isso precisa valer de reflexão em algum momento pois é um dado econômico que muita gente não leva em consideração, é essa informação que a gente precisa estar reproduzindo e essa discussão que precisamos fomentar daí entra a função dos conselhos locais, enraizar os conselhos locais significa fortalecer o conselho de saúde, porque não adianta fazer uma conferência fraca, sem discussão, sobre as políticas públicas ligadas ao SUS no momento em que a gente faz esse trabalho de fortalecer o conselho local de saúde a gente está potencializando que outras pessoas, outras organizações venham para cá com o objetivo de fazer discussões em defesa do SUS, é uma política plenamente em construção, que bom que está em construção, pois aquilo que fica pronto tende a se defasar ao longo do tempo, e o SUS precisa se adaptar a cada momento a situações que estamos vivendo basta ver a questão da pandemia, se não fosse a capacidade do Sistema Único de Saúde, e de seu Profissionais se mobilizarem, a pandemia teria sido uma tragédia bem pior do que já foi, não tenho dúvida disso. Então temos que perder essa ótica que a construção do sistema único de saúde é fornecer ótica de que o papel do SUS, é unicamente para oferecer saúde de Graça. Essa é a ótica mercadológica do processo, o SUS foi concebido inicialmente até com uma inversão da ideia de controle social, porque a ideia inicial de controle social era feita pelo estado para com a sociedade, com a constituição de 88 e a volta da democracia essa lógica inverteu a sociedade começou a fazer confronto ao estado então o SUS é muito mais que uma porta para atender de graça e uma construção participativa e democrática o tempo todo e é dessa forma que a gente consegue fazer uma sociedade

civilizada andar não tem outro jeito, como Governo, como Secretário de Saúde, mas minha origem é o conselho de saúde, sou totalmente a favorável a implantação dos Conselhos Locais de Saúde. Entendemos que é desta forma que conseguimos disseminar as informações que muitas vezes são utilizadas de forma tal que pessoas se utilizam para a apropriação no Sistema Único de Saúde. E mais do que isso é fazer com que as pessoas tenham seus direitos garantidos, que é a universalização da Saúde. A presidente coloca que concorda, que esteve em algumas localidades auxiliando, inclusive já houve reunião, em algumas já estamos com o fórum marcado, tendo encaminhado, e publicado em D.O., todas as que visitamos já estão encaminhadas para a criação do Conselho Local, e estamos com a ideia da criação novamente, porque houve uma mudança de alguns Conselheiros que eram da comissão, e eram responsáveis pelo apoio a criação dos conselhos, o que não impede que outros conselheiros façam este papel. Os conselheiros que foram ao Brejal, Araras, e ao Vale das Videiras, não são da comissão, mas são conselheiros, a legislação diz que tem que ter apoio do Conselho Municipal, independente da comissão os conselheiros foram as localidades, e fizeram este suporte, este apoio, sem nenhum problema. E isso está se fortalecendo a cada dia mais, mas precisamos rever isto, fazer novas eleições, porque acabou não tendo eleições por conta da pandemia, e por diversas situações. E só complementando a fala do Marcus, entendo a extrema importância dos Conselhos Locais, principalmente para agregar as informações, a Secretaria de saúde, pois a mesma não tem braços para abraçar todo o Município, e a pessoa que estão nestas extremidades, como verificamos, nas quais pegamos os piores lugares, assim dizendo, em relação a distância, porque fomos ao Vale das Videiras, Araras e Brejal, e o que me assustou muito foi a informação que existem localidades com até 30 quilômetros de distância de uma Unidade de Emergência mais próxima, de um CRAS. tanto que frente a isso, e com outros Conselheiros, levamos isso para o Conselho de Assistência Social, por conta da distância, pois uma moça que sofreu uma violência doméstica, pobre e sem dinheiro para a passagem, normalmente vão para uma unidade de Saúde, como vi lá a cavalo ou a pé, o que não é a minha realidade e assim achamos que não existe mais, pergunto, esta pessoa que chegou a cavalo ou a pé, vai andar 30 quilômetros para ir a uma delegacia, a um CRAS para conseguir socorro, uma ajuda, um Médico, dependendo da acresção que ela teve? Conversei a algum tempo atrás com a Claudinha, com relação ao atendimento de duas unidades, Vale das Videiras e Araras; para não terem distinção desta Unidades, e isto já está caminhando, temos pontos que sabemos estar na legislação e que tem que atender, isto é fato. Mas tem coisa que é uma dificuldade, necessitando ouvindo a ponta, como só fiquei sabendo por que fui ao local.

me coloco a disposição, bem como não tenho a obrigação de passar meu telefone privado para todo mundo, e muitas vezes para ajudar, passo, está aqui a Ivana de prova. É lógico que não consigo responder a todos, como acho que o Marcus também não consegue, mas se a gente não fizer isso, não consegue, o intuito de vir até aqui como é o da FIOCRUZ é ajudar, não tenho nenhum problema com a Secretaria, com relação a isto, muito pelo contrário. Houve uma mudança abrupta, vamos ser sinceros. O Governo, não começou com um mandato no início, diante uma pandemia, várias situações em que tiveram de se adequar, em um primeiro momento ao que já estava imposto, e a partir daí vir a fazer o seu trabalho e infelizmente isso tomou um tempo maior do que levaria. Mas não vejo nenhum problema com relação, muito pelo contrário, assim que tem de ser, uma ferramenta fundamental para que consiga fazer e implementação dos Conselhos Locais de Saúde. A Conselheira Dora coloca que tem ido a quatro meses no Brejal, e devemos aproveitar o momento em que as pessoas estão empolgadas, estão dispostas. A Sônia esteve na reunião mês passado, que foi lá em cima no Juriti, e viu a empolgação daqueles trabalhadores rurais que fizeram trabalho braçal o dia todo e a noite estavam lá, uma média de 50 pessoas, isso tem que ser incentivado; a Norma esteve lá, e durante este período há de se falar também da participação do Marcelo e da Marina, e da Cátia que é super dedicada, isto não pode ser esquecido. Há de incentivar, pois eles desejam fazer o fórum no dia 04 de dezembro, se for possível sair no D.O, porque tem um outro evento na Comunidade, e querem aproveitar este momento para ter uma participação maior da Comunidade, pois ali tem outras 6 comunidades, e assim aproveitar o evento já marcado para realizar o Fórum no mesmo dia, lembrando que tivemos a grande surpresa da presença da presidente, mais 3 conselheiros na última reunião. A presidente pergunta se alguém tem mais alguma dúvida ou questionamento, a conselheira Cláudia pergunta sobre o Fórum. A presidente responde que irá consultar os conselheiros, mas que tem que ver uma data para a realização do Fórum. Colocando que vai conversar com os conselheiros, tendo que ser resolvido até dezembro, para realização no máximo até Fevereiro, embora ser uma data mais tardia, mas a partir de uma conversa com todos é possível ser em Janeiro. A presidente afirma que este assunto já está para a pauta da próxima reunião. Onde terá uma posição mais efetiva para realização do Fórum, já que criar uma comissão é fundamental também. Cláudia, diz que tem que ser feito uma proposta. A presidente, responde que já colocou o encaminhamento e pergunta, e leva a plenária sobre a votação naquele momento? A Conselheira Cristiane, aproveitando a discussão pergunta sobre o fórum da Pessoa com Deficiência que já ocorreu, mas não teve nada publicado, gostaria de resposta a respeito deste fórum que aconteceu em Julho. A presidente,

coloca que essa resposta se alguém tiver, pode ser colocada em Assuntos Gerais. Porque agora discussão e sobre os Conselhos Locais. O conselheiro Marcus, coloca, que é o Regimento Interno, que todos os encaminhamentos de qualquer conselheiro devem ser apreciados pela plenária, e não posteriormente, temos que estar atrelados ao Regimento Interno, não tem como, não é desta forma. Então assim a gente tem que colocar, que foi aberto um espaço, que todo mundo pode se posicionar sobre os Conselhos Locais. Se todos já se posicionaram a favor, não tem por que prolongar isso por mais uma semana, até porque tanto pelo ponto de vista da Secretaria, as providencias administrativas. como no ponto de vista do Conselho, vão ter que ser tomadas e tem que ser articuladas e tudo isso a organização e a articulação com os postos é um trabalho contra o tempo, não tem jeito o regimento interno encaminha que deve ser apreciado pela plenária. Em relação ao outro Fórum, não é que não deu nada, está dando, e se Deus quiser vai ter as políticas públicas implantadas, é que nem tudo é no tempo que vocês esperam. Porque a gente lida com problemas estruturais, mas as coisas estão acontecendo o chamamento público foi feito as respostas estão sendo dadas, as iniciativas vieram por parte da Prefeitura, não tenho a menor dúvida que a gente vai ter esta Política Pública. A conselheira Cristiane, pede desculpas e diz que já encaminhou o assunto e que até o momento não obteve respostas deste conselho sobres as demandas da APAE, e gostaria de fazer este encaminhamento até porque já foi encaminhado em reuniões anteriores. A presidente, coloca que este assunto já foi ponto de pauta. O Conselho Marcus pontua que, afirmar que não está sendo feito nada é complicado; Norma fala que a questão do fórum, será muito oportuno discutir este fluxo, como será a integração como irá se renovar estas experiencias pilotos, porém já há algumas experiencias em andamento, na Posse e no Brejal. Então é preciso eleger, e ter de fato quem vai acompanhar este processo, pois são muitas demandas, tanto que teve uma reunião no vale da Videiras, bem como já tivemos um posicionamento de Araras, mas precisamos de uma definição concreta de como o conselho vai acompanhar estas experiencias que já estão em andamento, para que possamos avançar. O Conselheiro Pacheco, depois de cumprimentar a todos fala que entende que o Conselho Local, e que está para fortalecer é a própria Secretaria, pontua que esteve em duas reuniões dos conselhos locais, com a conselheira Erika, no Vale das Videiras e foi muito bom, declarou que está surpreso pois o mesmo, não vê as coisas andarem como precisavam e deveriam funcionar. "Quando falo do Conselho Local, quando falo desta casa aqui, Augusto Zanatta, foi um grande líder, aprendi muito com ele participei com ele. Eu fui presidente de associação por 20 anos e sou do movimento, então quando mais pessoas estiverem engajadas nesta luta é bom. Estamos juntos para o que der e

vier. Porém ouvi que havia uma fila para formar o Conselho Local, onde é que o povo tem que fazer fila para reivindicar o que é direito dele?. As coisas não funcionam assim, quem organiza é o povo me lembro do PSF, aqui de Petrópolis, participei de toda a discussão dos Postos de Saúde, vocês são jovens ainda, estou com 65 anos, a primeira reunião para discutir Postos de Saúde foi com Rubens Bomtempo, que é o Prefeito agora, e foi no Sindicato dos Metalúrgicos, na Floriano Peixoto, começou a se organizar, hoje entendo que todos nós temos que estar juntos e falando a mesma língua, espero que as coisas realmente saiam do papel e funcionem, poderia estar em casa agora, como já falaram aqui hoje, mais estou aqui porque acredito no movimento popular acredito na força do povo, sei que junto estamos aqui para fazerem as coisas funcionarem, pois sei o que é procurar uma unidade de atendimento, e aproveito para parabenizar aqui o pronto socorro pois o que vimos lá está de parabéns, pois é muito bom ver as coisas funcionando, bem como na última reunião da Posse, onde verificou-se a falta de diversas coisas, o que demonstra fundamentalidade dos conselhos locais, pois são o público da ponta e assim os detentores das informações das necessidades daquela comunidade, que pode contar comigo, pois não é para criticar o governo e sim para unir forças, que a informação trazida que existe profissionais que atendem o público distratando as pessoas isso me dói o coração e o conselho não pode ignorar uma situação desta". A presidente, pergunta se alguém tem mais alguma coisa. E diz que entende que: "o Conselho Local tem suas dificuldades, e a suas fundamentações, porém foi feito um encaminhamento, que estou até olhando aqui, o regimento, e diante do que o Marcus falou, não tem nenhuma obrigatoriedade de votar isso hoje, pode ser, mas obrigatoriedade não, mesmo porque o nosso regimento, e o nosso edital vem falando de discussão sobre o tema, acho que isso é um tema que muitos tem conhecimento, muitos outros não, e até mesmo para fazer a votação para que seja criado este fórum e seja fortalecido, a tem que fazer uma votação onde todos estejam informados, este é o meu ver, porem se a plenária acha pertinente fazer a votação para este encaminhamento de criação do fórum hoje, como já falei aqui somos um colegiado e não decido nada sozinha". A conselheira Ana Stutzel, fala que: "conselho local não é de hoje que se fala, desde meus 12 anos, fui criada liderança, meus irmãos, minha família, entrei no PSF e um dos primeiros trabalhos que nós fizemos no PSF Menino Jesus de Praga, foi o Conselho Local. Não foi para frente porque a área lá é mista, então não conseguimos avançar. luto até hoje para dar continuidade, mas não consegui ainda, mas antes de me aposentar, pois já estou com 60 anos, ainda consigo, e acho que tem que votar hoje sim, não tem que esperar mais para que, e porquê. Meu voto é a favor que seja votado hoje. Obrigado". Conselheira Cláudia, coloca que: "regimento interno, ponto de pauta,

vier. Porém ouvi que havia uma fila para formar o Conselho Local, onde é que o povo tem que fazer fila para reivindicar o que é direito dele?. As coisas não funcionam assim, quem organiza é o povo me lembro do PSF, aqui de Petrópolis, participei de toda a discussão dos Postos de Saúde, vocês são jovens ainda, estou com 65 anos, a primeira reunião para discutir Postos de Saúde foi com Rubens Bomtempo, que é o Prefeito agora, e foi no Sindicato dos Metalúrgicos, na Floriano Peixoto, começou a se organizar, hoje entendo que todos nós temos que estar juntos e falando a mesma língua, espero que as coisas realmente saiam do papel e funcionem, poderia estar em casa agora, como já falaram aqui hoje, mais estou aqui porque acredito no movimento popular acredito na força do povo, sei que junto estamos aqui para fazerem as coisas funcionarem, pois sei o que é procurar uma unidade de atendimento, e aproveito para parabenizar aqui o pronto socorro pois o que vimos lá está de parabéns, pois é muito bom ver as coisas funcionando, bem como na última reunião da Posse, onde verificou-se a falta de diversas coisas, o que demonstra fundamentalidade dos conselhos locais, pois são o público da ponta e assim os detentores das informações das necessidades daquela comunidade, que pode contar comigo, pois não é para criticar o governo e sim para unir forças, que a informação trazida que existe profissionais que atendem o público distratando as pessoas isso me dói o coração e o conselho não pode ignorar uma situação desta". A presidente, pergunta se alguém tem mais alguma coisa. E diz que entende que: "o Conselho Local tem suas dificuldades, e a suas fundamentações, porém foi feito um encaminhamento, que estou até olhando aqui, o regimento, e diante do que o Marcus falou, não tem nenhuma obrigatoriedade de votar isso hoje, pode ser, mas obrigatoriedade não, mesmo porque o nosso regimento, e o nosso edital vem falando de discussão sobre o tema, acho que isso é um tema que muitos tem conhecimento, muitos outros não, e até mesmo para fazer a votação para que seja criado este fórum e seja fortalecido, a tem que fazer uma votação onde todos estejam informados, este é o meu ver, porem se a plenária acha pertinente fazer a votação para este encaminhamento de criação do fórum hoje, como já falei aqui somos um colegiado e não decido nada sozinha". A conselheira Ana Stutzel, fala que: "conselho local não é de hoje que se fala, desde meus 12 anos, fui criada liderança, meus irmãos, minha família, entrei no PSF e um dos primeiros trabalhos que nós fizemos no PSF Menino Jesus de Praga, foi o Conselho Local. Não foi para frente porque a área lá é mista, então não conseguimos avançar. luto até hoje para dar continuidade, mas não consegui ainda, mas antes de me aposentar, pois já estou com 60 anos, ainda consigo, e acho que tem que votar hoje sim, não tem que esperar mais para que, e porquê. Meu voto é a favor que seja votado hoje. Obrigado". Conselheira Cláudia, coloca que: "regimento interno, ponto de pauta

primeiro foi pedido questão de ordem, apresentamos o ponto de pauta, discutimos o ponto de pauta, todos sabem a importância dos Conselhos Locais, sabe que tem que fazer um fórum para discutirmos profundamente, pois este já existe. A discussão não é para fazer ou não o conselho local, ele já existe, a realização do fórum é para discutir, falar mais sobre, trazer pessoas para apresentar, organiza uma comissão de 3 ou 4 pessoas, e organizar o fórum, precisamos de um tempo de organização, uns três meses, para organizar espaço, se vai ter almoço, vai ter lanche, precisamos fazer licitação, temos que chamar um convidado para abrir, chamar algum convidado da FIOCRUZ, da UERJ, do instituto de medicina social, alguém da liderança comunitária la da Maré por exemplo, tem muita gente para falar, o fórum é para isso, discussão sobre este tema para aprofundamento, assim o que estou trazendo como encaminhamento é: vamos fazer o Fórum, é muito simples, sim ou não, não tem por que não fazer o fórum ou adiar para saber se vão querer ou não, pode ser para fevereiro, Março, se não for em Fevereiro por causa das tragédias das chuvas, a gente avança para Março, ai organiza o fórum para aprofundarmos da discussão, vou pedir desculpas, para falar com a Cristiane, porque não entrou como ponto de pauta, se tivesse entrado no ponto de pauta, a gente faria a discussão, não se pode falar que não deu em nada, você não sabe o quanto a gente está trabalhando, nesta questão, vou até pedir que coloque em ponto de pauta para próxima reunião, questão do deficiente, já fizemos avaliação em todas as entidades, desde teste do pezinho, teste do olhinho desde a maternidade, questão da sífilis para deficientes, estamos trazendo agora a libras para a educação permanente com a professora Neri, que esta sendo cedida da educação exclusivamente para a Saúde, mas não é assim, infelizmente, estamos licitando o serviço de transporte, mas não é assim, não conseguimos fazer desta forma, a conselheira Cristiane continua afirmando quanto ao encaminhamento e a ausência de resposta, a conselheira Claudia insiste na resposta que não é desta forma, que parece que a secretaria não está trabalhando, que estão sendo feitas as coisa que precisam ser feitas, que nunca teve nada, que agora teve um fórum, algo que nunca teve, desta forma com a organização de um fórum tem as diretrizes a serem feitas, a conselheira Cristiane insiste para deixar para a próxima reunião, a conselheira Claudia adverte falando para tomar cuidado no que é falado, pois desta forma parece que não estão trabalhando, tanto que colocamos em ponto de pauta para discutir isso e ai é complicado, pois estamos falando de uma coisa e começamos a falar de outra, isso atrapalha a discussão e não conseguimos avançar, afirmando que defende a realização de um fórum para fevereiro/março, discutindo profundamente as questões do conselho local, lembrando o que a Norma falou que precisa do conselho os participantes para integrar a comissão que irá acompanhar o conselho local. A

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

presidente, coloca que diante o ponto que a conselheira Claudinha colocou, esclarece que o fato de não ter a comissão, para a reunião/criação do Conselho Local, não significa que não está tendo movimentação, pois estas estão se organizando, com o apoio do Conselho Municipal, e quando somos comunicados nós vamos até o local, nós nos mobilizamos, inclusive a reunião do Brejal, conseguimos nos articular de última hora, pois todos nós tínhamos compromisso, fomos com nossos carros particulares, e nós fizemos presente, desta forma independente de fórum, e de qualquer outra coisa o Conselho Municipal de Saúde está presente sim, e está se mobilizando, auxiliando e dando todo o apoio para a criação dos conselhos locais de saúde, que isso fique claro, pois do jeito que a discursão esta sendo conduzida esta parecendo que o conselho municipal não está apoiando a criação dos conselhos locais, O conselho está ajudando, dando todo o apoio, todo o suporte, e pergunta se vai haver a votação sobre a formação do fórum, posto que não é ponto de pauta para votação, desta forma a decisão é da plenária. A conselheira Cristiane pondera que após leitura de atas de 2020, é que na reunião de 28 de Janeiro de 2020, foi acordado em plenária que todas as documentações apresentadas deveriam ser enviadas aos conselheiros com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência para que esta fosse apreciada pelos mesmo, tendo em vista esse acordo a mesma não se sente a vontade para a realização da votação pois, acredita precisar de um tempo ainda para aprofundar mais o seu conhecimento a cerca dos conselhos locais de saúde, ainda mediante o que já foi deliberado em reunião pela plenária. O conselheiro Marcus questionou a conselheira Cristiane sobre o que esta precisa saber, sendo respondido "tudo, as informações dos conselhos locais do fórum de tudo, posto que não tenho estas informações, assim o conselheiro Marcus pontuou que é um encaminhamento e não uma discursão de plenária, e que está se perdendo tempo, é chamar os conselheiros para sim ou não, não tem que discutir não tem que aprofundar, alguém que é surpreendido com essa discussão que acontece desde 2014, ou não presta atenção ou tem alguma coisa a mais, pois é discussão antiga, você mesmo falou que participa do conselho local de sua comunidade, a conselheira Cristiane tenta argumentar, sendo interrompida pelo conselheiro Marcus com a expressão: "por favor respeite minha palavra", continuando, assim não estou entendendo o que esta sendo proposto aqui, isso é tão sul real que é o governo que está propondo a criação do Fórum para discussão dos conselhos locais enquanto isso deveria vir dos conselheiros, tem alguma coisa profundamente invertida, se vocês não querem pautar isso como ponto de pauta como encaminhamento neste momento, o governo vai votar a favor quanto esta criação do fórum para discutir e aprofundar sobre a criação dos conselhos locais, mais se vocês não quiserem votar nos respeitamos a decisão de vocês; A presidente

pondera que o plenário é quem decide, e houve somente um encaminhamento e não um ponto de pauta para votação sobre o assunto, então se o plenário decidir em votar, será encaminhado a votação, pois não vê nenhum problema sobre a votação do assunto, sendo concordado pela plenária e levando a votação a realização do fórum sendo aprovado com 11 votos a favor. Próximo ponto de pauta, dá conta da ESPERA DOS PACIENTES DE CIRURGIA ORTOPÉDICA EM TODAS AS UNIDADES HOSPITALARES, o srº Ricardo Emmel representando a central de regulação controle e avaliação, iniciando com pedido de desculpa eis que fora comunicado no final da tarde do dia da reunião e diante disto entrega em mãos da mesa diretora o ofício que foi encaminhado ao ministério público em 06 de outubro do corrente ano pois, o assunto também é ponto de pauta do mesmo, pontua que as filas de cirurgia ortopédica no hospital municipal de Petrópolis que eram longas, e todos os dias haviam reclamações de pacientes pela imprensa, e que após uma reunião a situação foi sanada, hoje a fila de ortopedia não chega nem a ser regulada e um sistema de cotas, pois o Hospital Nelson Sá Earp consegue dar conta desta demanda através do centro municipal de ortopedia, fazendo cerca de quatro mil atendimentos mês, e os pacientes que são encaminhados CTMO ao hospital Santa Teresa, que já são definidos como casos cirúrgicos esses entram em uma fila de espera do próprio hospital, e que está encaminhando aqui para o conselho esta fila, pontua que devido a pandemia as filas acabaram por afunilar, por se tratar de fila eletiva, as urgências acabam por passar a frente na fila, infelizmente o hospital santa Tereza não consegue dar conta desta, alguns pacientes então foram regulados pelo estado, porem pela ausência de material estes foram devolvidos a fila, desta forma no dia 10 agora fora feita uma reunião junto ao Hospital Santa Teresa na secretaria de saúde por iniciativa do secretário de saúde para atender essa demanda do ministério público, e o hospital começou a fazer uma depuração desta fila, pontuou também que há dificuldade de contato com alguns pacientes, pois há alguns que o seu telefone de contato é inexistente, por isso uma iniciava foi pedir aos pacientes que mantivessem seus dados atualizados, que alguns já tinham realizado o procedimento e no dia 06 de setembro a fila era 459 pacientes e no momento dia 10 de setembro esta 457 pacientes, porem pontua que do dia seis até a presente data entraram mais 59 pessoas na fila, para quem acompanha o quadrimestre, este atendimento é superior, porém infelizmente o hospital não consegue dar conta, e diante disso vem realizando mutirões, e agora está em nova tratativa com o Hospital Santa Teresa está mobilizando a sua equipe através do seu coordenados o Dr. Aloisio para uma depuração desta, que já começaram os trabalhos e baixas desta, junto com os ortopedistas da unidade que em um momento passado era pequena, porem devido a

pandemia que paralisou as cirurgias eletivas, e Petrópolis, infelizmente, sofre muito com acidentes automobilísticos e motociclistas, causando que muitas vezes um paciente pronto para realizar sua cirurgia acaba retornado para a fila devido a chegada de uma nova urgência causada por esses acidentes. O trabalho da secretaria junto ao Santa Tereza tem sido então realizar mutirões de cirurgias para a diminuição das filas, a dificuldade da contratação de novos médicos, se abre com o termo de referência para contratar, pois a tabela sus todos conhecem e está congelada, a vinte anos de defasagem, por isso não consegue prestador nessas cirurgias caras, alguma coisa de casos oncológicos ainda se consegue no Inta e no Into e afirma, quando é oncológico ou uma cirurgia um pouco mais complicada, que Petrópolis ainda sofre com essa fila de cirurgia eletiva. A presidente toma a palavra e pergunta a respeito de como está sendo efetuado o atendimento clínico de ortopedia, feito no Hospital Nelson de Sá Earp, pois a mesma tem informação que o Hospital não tem feito inclusão de seus pacientes recebidos na urgência no sistema de regulação para tratamento ambulatorial, enviando os pacientes para postos de saúde. O Sr. Ricardo responde que há dois caminhos para a entrada de ortopedia no Hospital, um é por Urgência e outro por clinica ambulatorial, e afirma que um paciente de ambulatório não consegue atendimento ortopédico se o mesmo não for encaminhado por um Clínico geral de uma unidade de saúde que vai confirmar se há a necessidade de tratamento ortopédico, sendo necessário o direcionamento ao postinho para a inserção no sistema e encaminhado ao CMO e se a necessidade for cirurgia este irá para a fila do Santa Tereza, já a fila de Urgência, é que muitos confundem é em relação ao paciente que entra pela urgência do Hospital Nelson de Sá Earp e precisa por exemplo de uma ressonância magnética, este precisa ser inserido no sistema, só que o hospital Nelson de Sá Earp não insere, este emite uma guia de referência para o posto da unidade mas próxima, para o paciente ser inserido no sistema, quando este estiver o resultado do exame possa ser acompanhado pelo médico local e havendo a necessidade encaminhado novamente para o tratamento ortopédico e ate mesmo para o Santa Tereza caso seja cirúrgico, porém ocorrendo um desentendimento onde tentamos uma conversa com a Celia, que o fato aumentou a demanda do Centro de Saúde, e o paciente não precisa ir para o centro de Saúde pode ir para qualquer unidade, posto que a urgência e emergência não insere sendo assim necessário a ida deste paciente a um posto para realização desta inserção; A presidente pontuou que algo diferente desse processo está vindo a acontecer, pois a paciente que entrou em contato com a mesma foi encaminhada para o posto de saúde sem a devida guia de referência, tendo sofrido uma lesão na costela e não obteve um atendimento adequado, e fora liberada sob uso de medicação que não permite a direção de veículo automotor e mesmo o médico

sabendo que esta estava sozinha e dirigindo a liberou, sem atestado, sem a contra referência, e ao chegar no posto do Alto Independência, esta ficou sem a inclusão e com dor, encontrando dificuldade para resolver, pois é fato que o problema maior está na inclusão no sistema, ou seja, internet, que pode ser acessado de qualquer local, inclusive do Nelson, e pelo que vocês estão afirmando agora é um problema recorrente, posto que já houve conversa com outra unidade e assim pondera a possibilidade de ser revista essa forma de inclusão no sistema. Segundo o sr. Ricardo Emmel, este caso deve ser encaminhado a direção do Hospital Nelson de Sá Earp, para apurar o ocorrido, entendendo o mesmo que a guia de referência é procedimento do profissional médico de urgência onde o paciente deve sair da consulta já com este documento, e se o profissional não a emitiu isso deve ser apurado pois, pode ter acontecido uma falha de procedimento. A presidente perguntou a Diretora do centro de saúde se a mesma já enfrentou essa dificuldade, a mesma respondeu dizendo, que o paciente quando chega na unidade de urgência, chega com uma condição crônica e que não é de urgência, e por isso o que precisa ser feito é alinhar esse atendimento eletivo na urgência, que o caso que foi pontuado, o informado aqui e que era de fato uma emergência, porém acaba saindo com uma indicação eletiva, e em tese, já que já está no Nelson de Sá Earp, sair com este encaminhamento, muitas vezes devido à sobrecarga de atendimento no Hospital Nelson de Sá Earp e a todos os atendimentos, o centro de saúde se colocou a disposição para esta inserção no sistema, servindo de suporte para os pacientes com a guia de referência e contra referência, porém por ser um procedimento novo, as vezes o paciente chega sem a devida guia, e o Centro de saúde entra em contato em loco com o hospital Nelson de Sá Earp para ajudar a resolver a situação do paciente, porém a previsão e que tudo se ajuste logo pois há uma cobrança por parte da direção neste sentido, e que estas falas ocorrem pela tempo de adaptação da equipe que agia de outra forma. A presidente pede que diante o início da conversa entre o Nelson e o Centro de Saúde, e muito provavelmente a secretaria de saúde, sejam tomadas medidas para haver um resultado mais efetivo ao paciente. A Conselheira Celia pontua que identificou o ocorrido a duas semanas e iniciou as tratativas, alinhando que realizariam um fluxo de referência e contra referência, pois sem este necessitaria de uma avaliação clínica e fazer este paciente aguardar, por exemplo 3 meses para ser atendido por um clinico e ser encaminhado ao especialista e efetivamente ser tratado, haja vista que este paciente já foi atendido na urgência por um ortopedista, que já chegou a um diagnóstico, assim este chegando com essa guia de referencia e contra referencia para ser inserido no sistema, encurtar esse caminho, ressalta que estes pacientes sem a guia estão chegando porem pela informação do fluxo de atendimento do Nelson, este são bem pontuais, e

que a situação aqui informada tenha sido uma situação isolada, que tem tido um fluxo sim, mais pequeno, eis que chegaram 10 pacientes essa semana, a presidente pontua que diante o ponto de pauta lista de espera acabou se desfocando um pouco, e como foi informado pela conselheira Célia que o fato dos atendimentos ambulatoriais esta encaminhado para solução, propondo que na próxima reunião seja colocado esse assunto em pauta para um melhor esclarecimento da solução encontrada sobre este fluxo para inserção no sistema. O conselheiro Marcus, coloca que esse é um caso específico é matéria do conselho tomar conhecimento, porém não tomar parte nesta discussão, ele exemplifica dizendo que temos uma fila de 400 pessoas, e estamos discutindo um caso específico, isso não é papel do conselho de saúde, temos que pensar nos quatrocentos e pouco, se tem um caso que esta dando problema, vai ser apurado de forma isolada, e não de forma geral, questionando ainda quantos atendimentos são feitos de ortopedia ao Ricardo, onde este responde quatro mil e estamos discutindo um caso, então vamos ter que resgatar esta política pública, pois estamos perdendo o caminho da discussão, e ai tem um livro da fiocruz chamado conselho de favores, que é basicamente isso, o conselho querendo resolver problemas pontuais, com todo respeito, porem não podemos ficar discutindo aqui problemas pontuais. A presidente coloca que não é problema pontual e muitas vezes uma demanda que chega até o conselho representa a condição do mal funcionamento do fluxo, como devidamente confirmado aqui durante esta discussão, pois como já falado existem inúmeros outros eis que já tem duas semanas a discussão, bem como foi questionado a Celia e ao Ricardo se a referência e contra referência não estaria chegando para todos, assim não sendo um e sim vários e se o conselho não deve discutir assuntos/demandas que chegam, mesmo esta chegando de forma individual, para que a secretaria possa esclarecer, se perde sua objetividade, e funcionalidade com a representação popular e do conselho propriamente dito, posto que o conselho deve debater e questionar o que não está funcionando, é ficou claro que este fluxo não está, bem como em outras especialidades dentro do município, pois quem decide se o assunto que deve ser ou não levado a discussão é o plenário, não o governo nem a presidência e o plenário decidiu discutir o assunto, que não estamos aqui para embate. O conselheiro Marcus pede então que o assunto seja discutido com o plenário e para que a plenária delibere, pois você fez uma questão de encaminhamento sem levar a plenária, então por favor encaminhe a plenária para que esta possa deliberar, pois é uma questão de coerência e cumprir o regimento interno. A presidente passa para o próximo ponto de pauta votação de celebração de convenio com o SEHAC. O Conselheiro Marcus insiste no questionamento quanto a manutenção e ou a retirada do encaminhamento, posto que

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten initials on the left margin]

deve ser submetido a plenária e como conselheiro sente se desrespeitado, de você fazer o encaminhamento sem passar pela plenária, a presidente responde que pode realizar o questionamento através de ofício e não naquele momento, sendo respondido pelo conselheiro Marcus que deseja que apresente no regimento interno onde esta informação, e que este tem o direito de não responder o ofício, pois só pode fazer com a aprovação da plenária, a conselheira Claudia questiona se é para fazer assim não tem o porquê estarmos aqui, a presidente questiona fazer o que, sendo respondido pela Claudia que é a votação do encaminhamento, e que é para seguir o regimento, sendo colocado pela presidente que iria reformular a fala e a Conselheira Claudia insiste que desta forma a presidente esta indo contra o conselho e que quando esta fez um encaminhamento a presidente não quis levar a votação e que esta só ocorreu apenas após pressionamentos, a presidente esclarece que em nenhum momento se recusou em levar a votação que apenas seguiu o regimento interno e quem decidiu fora a plenária e não está, e que retira o encaminhamento e pede como ponto de pauta, sendo este simples, que como tentou esclarecer porem não foi permitida por esta, quer apenas reformular sua fala, ao requer como ponto de pauta na próxima reunião as informações sobre o atendimento da ortopedia, e o ocorrido foi uma expressão utilizada errada, e que não sabe o porque neste reunião a secretaria ter vindo com o intuito de embate com a presidente, e que não tenho e não estou decidindo nada, tanto que foi levada a plenária, votado e aprovado, e que sozinha não decido nada, pois o regimento determina o encaminhamento a plenária e assim foi feito, e decidido por esta, em nenhum momento teve o meu posicionamento contrario contra a votação, e sim a exposição do meu entendimento que não é da maioria, ficando isso claro, agora para fazer este enfrentamento sem necessidade, posto que utilizei a palavra encaminhamento para envio como ponto de pauta, sendo só isso, passando a palavra ao conselheiro Sr. Ricardo Patuleia assume a palavra dizendo que conforme o cumprimento do artigo 10 do decreto municipal nº 642 de 2019, qualquer convenio celebrado entre o SEHAC e instituições de ensino para haver estágio curricular deve passar por aprovação da plenária, informa a solicitação do curso técnico de enfermagem do CESTEC, para a unidade de saúde da UPA Cascatinha. Explicando que quando alguma instituição de ensino pede convenio com o SEHAC, após o mesmo ser submetido a avaliação da direção de ensino, que junto com as coordenações técnicas vai ver a viabilidade de acontecer este estágio. Esse convenio com o CESTEC já foi aprovado pelas instancias do SEHAC, para estágio na UPA Cascatinha, pois é onde tem viabilidade para ter alunos estagiando no momento, portanto o mesmo agora precisa ser aprovado pelo conselho municipal de saúde. Pois a Ata com a aprovação precisa ser anexada a

documentação. O conselheiro afirma que uma das funções do SEHAC é oferecer apoio educacional, pois é uma instituição de ensino e por isso recebe recursos do governo federal próximo a cem mil reais, como incentivo para exercer essa finalidade formando mão de obra na própria cidade, por existir muitas universidades de saúde e cursos técnicos. Informa que o curso é sediado em Itaipava, e que só após o parecer jurídico e confirmações inclusive de credenciamento este é direcionado ao conselho para aprovação, e que só assina o convenio após a ATA aprovando. O conselheiro Pacheco pergunta se este é de uma escola em específico, sendo respondido que sim, que cada convenio é para uma escola e que a escola em questão é em Itaipava, que o SEHAC tem convenio com o SENAC, Santa Catrina, Sestec, e se mais alguma quiser terá que seguir este tramite e passar pelo conselho. A presidente iniciou a votação sendo aprovado por unanimidade; A seguir a presidente passou para o próximo ponto de pauta apresentação do plano municipal de contingência para enfrentamento das arboviroses transmitido pelo aedes aegypti, biênio 2022/2024, conforme previsto na deliberação CIB-RJ N°6926 de 11 de agosto de 2022. A apresentação realizada pela senhora Simone, coordenadora da vigilância ambiental do município de Petrópolis, e que diante a CIB-RJ existe a obrigatoriedade de construção de um plano plurianual de contingencia arbovirose, o prazo do mesmo era dia 30 de setembro, porem como não houve quórum na última reunião, nós enviamos para a SES uma justificativa, para que a apreciação do conselho fosse encaminhada posteriormente, o plano foi enviado na integra para todos os conselheiros e agora haverá uma breve apresentação: esse plano vai compreender o período de outubro de 2022 a setembro de 2024, sendo contemplados no plano diversos departamentos, explicando que as arboviroses são doenças causadas pelos arbovírus, contempladas dengue, zika, e chicungunha, o objetivo geral do plano, é implementar ações capazes de garantir, a assistência adequada, vigilância epidemiológica, combate e controle dos vetores aedes aegypti e aedes albopictus, garantir de forma integrada a prevenção e controle de epidemia das doenças dengue, febre de chicungunha e zika vírus, com a diminuição de casos humanos evitando casos graves e principalmente impedindo óbitos, reduzindo assim a enorme mortalidade associada as arboviroses transmitidas pelo aedes na população do município de Petrópolis, após apresentou um quadro dos anos em que ocorreram o maior número de casos entre 2011 e 2022, no município de Petrópolis, chicungunha 2019, dengue 2016 e zika 2016, esse quadro mostra os ciclos, que são as visitas realizadas pelos agentes de endemias a cada dois meses em nosso território, anteriormente haviam poucos agentes de endemias e não era possível bater a meta do ciclo que era atingir 80% de visitas nos imóveis cadastrados, e que agora com 138

agentes de endemia é possível alcançar a meta e trabalhar a prevenção. Essa é a série histórica do LIRA, além dos ciclos que é a rotina do trabalho diário, com o calendário da secretaria de estado é realizado o LIRA, um levantamento rápido do índice de infestação do aedes aegypti no município; um território é sorteado, por um sistema do ministério da saúde que sinaliza as residências que serão visitadas, e informa que desde 2015 não há nenhum índice de alto risco, e desde do LIRA 2021 o índice da cidade é bem baixo. Seguiu-se então a votação sendo aprovado por unanimidade. A presidente avançou para o ponto de pauta que tratava da aprovação para o chamamento público para os leitos clínicos e leitos de longa permanência. E diante a cobrança em seguir o regimento interno está leva a plenária que seja realizada uma votação quanto a apresentação do assunto antes da aprovação, aprovado por unanimidade, A senhora Livia, assistente do gabinete do secretário e presidente da comissão de chamamento público, inicia a apresentação, informando que esses dois editais foram realizados nos dois últimos meses, já vem a algum tempo e devido a pandemia este fora adiado, e que os leitos já estão credenciados com o município, sendo necessário contratualizar, especificamente em cada contrato o leito de clínica médica e leito de longa permanência, o edital prevê oitenta leitos de clínica médica com uma diária de R\$ 162,58 reais, o município já paga esse valor, o intuito é contratualizar, pois terá um fiscal no contrato, uma visita em loco, sendo bem mais formalizado do que já vem sendo realizado hoje, os leitos de longa permanência o município tem 350 leitos, mas 70 são do estado, e serão contratualizados 280 leitos, no valor de R\$ 104,00 reais a diária, se faz necessário a apreciação do conselho, já tendo sido visto pela assessoria jurídica, já possuindo disponibilidade orçamentaria e faltando somente a aprovação para que seja agendado a data pelo departamento de licitações, para a marcação da data e haver o chamamento, para que as unidades hospitalares do município venham se credenciar e atender as especificações do edital, o chamamento é isso contratualizar o que já vem sendo realizado no município, hoje temos o HCC, Nossa Senhora, SOC, num total de 350 leitos de longa permanência no município e que a critérios para ser definido se o paciente fica no leito de clínica medica ou de longa permanência. A conselheira Cristiane questiona quanto aos leitos de longa permanência se existe algum relatório da comissão de saúde. A Livia responde que irá vir mais vezes ao conselho, pois o secretario quer contratualizar o que está sem contrato hoje. A conselheira Cátia questiona quanto a possibilidade de trazer uma apresentação deste chamamento público por escrito aos conselheiros, explicando o porquê não estava contratualizado, pois estamos entendendo que o intuito é regularizar uma situação irregular. O conselheiro Marcus esclarece que o chamamento público não é para regularizar nada e sim para

chamar novas instituições, por isso chamamento público, sendo respondido pela conselheira Cátia que diante o que foi apresentado é apenas uma contratualização e que se sentiria mais a vontade se tivesse uma apresentação por parte da secretária de saúde e ate uma correção deste edital, informando para ter uma votação mais segura por parte dos conselheiros, embora tudo isso tenha sido falado, sabemos que palavras o vento leva e assim não se sente a vontade de votar algo que não foi apresentado a toda a plenária, o conselheiro Marcus informa que não tem problema algum que pode fazer isso, que irá atrasar mais um mês o chamamento, e que apenas para esclarecer que o chamamento público visa que outras instituições também interessadas na prestação deste serviço, possam participar e concorrer com as que já existem, quanto com o HCC e SOC que hoje tem leito contratualizado com a secretaria de saúde, a Livia esclarece que o intuito é trazer os que tem na rede porem a chamada é aberta a todos. O conselheiro José requereu a apresentação deste chamamento como ponto de pauta para a próxima reunião de como estava e como irá ficar, a Livia informa que pode esclarecer alguns pontos agora, iniciando informando que o Município já paga por estes leitos, e esta sendo realizado o chamamento publico para contratualizar e ampliar os leitos de clinica medica e de longa permanência, que foi apresentado normal como uma licitação, e que se tivermos que esperar mais um mês para realizar este chamamento não sai este ano ainda, sendo pontuado pela conselheira Cátia que esta já deveria ter vindo para a reunião com esta apresentação pronta, pois não tem como votar em algo que não tem a informação, ainda mais depois de todas as discursões que foram realizadas aqui hoje, votar em algo que não tem as informações de forma precisa, então se vocês pediram isto como ponto de pauta esta apresentação já deveria estar aqui com os conselheiros, sendo respondido pela Livia que pode apresentar porém vai demorar bastante. A presidente colocou em votação a prorrogação de trinta minutos da reunião, tendo sido aprovada pelo plenário, por unanimidade. O conselheiro Marcus, inicia ter sido mal entendido a questão do cumprimento do regimento interno, pois é recorrente em reuniões do conselho a falta de critério para a votação da plenária por exemplo foi aprovada o convenio de SEHAC sem nenhuma apresentação, enquanto o Edital do chamamento público foi exigido, o, não há coerência. O conselheiro Pacheco pontua que são duas situações bem diferentes, pois a do SEHAC é um convenio que não envolve dinheiro público e este envolve dinheiro público, sendo assim duas coisas distintas. A presidente coloca que foi deliberação da plenária, que todas essas deliberações que envolvem verbas fossem encaminhadas aos conselheiros com no mínimo 24 horas de antecedência da reunião, levando a plenária a decisão diante o que foi apresentado, e o que está no edital se este ponto será levado a votação, sendo

decidido pela plenária a realização da votação para aprovação do chamamento público nesta reunião sendo aprovada com 11 votos disposta da seguinte maneira: APACS, ASBAMTHO, CTO, FMP, Marcus Curvelo (GOV), Ricardo (GOV), Cláudia (GOV), GRUPARJ, SIEESP, SIND dos médicos, Sociedade Médica 11 votos Favoráveis; 01 voto contrário do SINDICATO DO COMÉRCIO e 06 Abstenções conforme segue: Associação de Moradores Presidente Sodré, Associação de Moradores Santa Edwiges, FNCC, Instituto Aliance, OAB, UNA. O conselheiro Marcus pergunta a presidente quantos votos foram contrários, sendo respondido que apenas 1 e o restante foi abstenção, ficando a apresentação para a próxima reunião. Seguindo com o próximo ponto de pauta aprovação e votação da nova composição do CIS-SERRA a presidente pontua que em questão ao CIS-SERRA já existe uma legislação vigente, que a equipe veio a Petrópolis para explicações, mas não houve quórum na reunião, como houve mudanças na composição do consorcio, com a presidência do prefeito Rubens Bomtempo e a vice-presidência é do município de Teresópolis, Marcus pontua que é o presidente técnico. A presidente fala que ficou pendente a votação dessa nova composição e que será encaminhado um representante do conselho para acompanhar as reuniões, levando então este assunto a votação, porém a conselheira Cristiane da APAE pergunta quem serão os representantes do conselho, se serão indicados pelo conselho ou pelo governo, a presidente afirma que será indicação do conselho. O conselheiro Marcus afirma, que ao compor a diretoria do CIS -SERRA, propôs a participação dos conselheiros municipais de saúde, com a indicação de dois conselheiros para participarem das reuniões tanto técnicas quanto nas plenárias deliberativas do consorcio, para que as matérias do consorcio fossem estendidas ao controle social não só com voz, mas também com voto, em 2014 foi aprovado no conselho municipal de saúde a participação do município de Petrópolis no consorcio, o papel do consorcio é de integração e regionalização da política pública e hoje não se entende mais as políticas públicas na área da saúde de forma estanque, o consorcio se une como força e como personalidade independente do poder público municipal, para poder tocar a contratualização de serviços na área de saúde e isso pode ser feito através de repasse de dinheiro público vindo do governo estadual e do governo federal, e da própria venda de serviço que o consorcio presta a cada município e que o consorcio se apropria de uma per capita de R\$ 5,00 por cada serviço prestado para manutenção do seu corpo técnico já que este é simplesmente de secretario municipais e também é deliberativo e permanente, eis que governo muda a cada 4 anos e secretário de saúde tem prazo de validade, assim para ter uma instabilidade foi criado um corpo técnico permanente no consorcio, tentando reativar e foram realizados os primeiros

chamamentos públicos, sendo fiscalizado pelo tribunal de contas do estado do ministério público. A presidente afirma que após a solicitação ao consorcio para a participação do conselho regional, o consorcio de pronto incluiu dois representantes do conselho regional e ainda permitiu a participação dos conselhos municipais para acompanhar as ação do consorcio, após seguiu a votação, aprovando unanimidade por dezessete votos como seguem: APACS, APAE, ASBAMTHO, Associação de Moradores Santa Edwiges, CTO, FNCC, Marcus Curvelo (GOV) Ricardo (GOV), Maria Auxiliadora (GOV) Cláudia (GOV), Instituto Aliance, OAB, SIEESP, SIND comércio, SIND dos médicos, Sociedade Médica, UNA. Seguiu-se para assuntos gerais, agradecimento da conselheira Marise Brand, aos doutores Talita Amaral, Amanda, Caio Salomão, Pietro Bucanelo, a presidente pontua que os profissionais que estão atendendo atualmente na rede estão atendendo com zelo e carinho muito grande aos pacientes. Passa a palavra a Ivana da associação de moradores de Malta, pontua sobre reclamações sobre o clínico geral que atua na UBS Araras, reclamações que vem desde 2018, a mesma trouxe relatos, do mal atendimento do médico dado ao paciente. Fala com relação a falta de gerador na unidade básica de saúde de Araras, avisou de uma queda de energia causada por uma ligação clandestina feita no posto de saúde para fornecer luz para uma festa feita por um vereador da cidade, causando a perda de quinhentas vacinas, solicita uma vistoria na UBS, para verificar os reparos necessários na mesma, aborda questões da unidade que precisam ser observadas, Cláudia fala que já estão sendo tomadas as providências assim como Marcus que diz que foi aberta sindicância para apurar os fatos e dar direito de defesa ao servidor, sendo encerrada a reunião que segue assinada pela mesa diretora do Comsaúde- Erika Paula Gomes Pedroso(OAB)Presidente, Amanda Alves Vellozo Nunes(GOVERNO)Vice-Presidente, Roseli de Almeida Machado(ABEN) 1ª Secretaria, Carlos Pacheco da Silva(SEESP)2º Secretário, aprovada pelos demais conselheiros e confeccionada por mim Márcia Tinoco Gomes, Secretaria-Executiva.

Alcrist
S

S

Marcia

S

em Ferreira

Alcrist

S

Ferdinando